



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Retratos de uma política excludente: A realocação dos trabalhadores informais do Bairro de São José em Recife-PE

João Manoel de Vasconcelos Bezerra
Universidade Federal de Pernambuco

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo analisar o espaço urbano e a dinâmica da cidade, à luz das transformações e características do processo de urbanização brasileiro, tratando questões ligadas ao uso do espaço urbano e da realidade de trabalhadores no comércio informal. Além disso, há uma ênfase para o olhar do outro, neste caso, representado pelos comerciantes informais, em especial, do bairro de São José em Recife, que também sofreram com as consequências de um processo de urbanização que asseverou as desigualdades e acentuou a chamada “tragédia urbana”, por meio do privilégio das classes dominantes, em contraposição aos mais vulneráveis e excluídos dos benefícios das políticas urbanas ao longo dos anos. Nesse sentido, também é analisada a criação do Novo Centro Comercial de Santa Rita, que serviu como centro unificado para realocação desses comerciantes por meio de uma proposta de melhoria e mais segurança, sem respeitar as características intrínsecas a que já estavam relacionados com o próprio contexto urbano. Assim, são evidenciadas a necessidade do diálogo entre os agentes, em especial, a população local beneficiada, com vistas a garantir uma política pública mais eficaz e que não acabe por gerar novos problemas.

Palavras-chave. Espaço urbano; processo de urbanização; comerciantes informais; bairro de São José; políticas públicas.

Portraits of a exclusionary policy: The relocation of informal workers from the São José neighborhood in Recife-PE

Abstract. The present work aims to analyze the urban space and the dynamics of the city, in light of the transformations and characteristics of the Brazilian urbanization process, addressing issues related to the use of urban space and the reality of workers in informal trade. In addition, there is an emphasis on the other's gaze, in this case, represented by the indirect merchants, especially the neighborhood of São José in Recife, who also suffered from the consequences of an urbanization process that has assailed inequalities and accentuated the so-called "urban tragedy", through the privilege of the ruling classes, as opposed to the most vulnerable and excluded from the benefits of urban policies over the years. In this sense, it is also analyzed the creation of the New Commercial Center of Santa Rita, which served as a unified center for the relocation of these merchants through a proposal for improvement and more security, without respecting the intrinsic characteristics to which they were already related to the urban context itself. Thus, the need for dialogue between actors, in particular the beneficiary local population, is highlighted, with a view to ensuring a more effective public policy that does not end up generating new problems.

Keywords: Urban space; urbanization process; indirect traders; São José neighborhood; public policies.

Retratos de una política excluyente: La reubicación de trabajadores informales del barrio Sao José en Recife-PE

Resumen. Este trabajo tiene como objetivo analizar el espacio urbano y la dinámica de la ciudad, a la luz de las transformaciones y características del proceso de urbanización brasileño, tratando cuestiones relacionadas con el uso del espacio urbano y la realidad de los trabajadores del comercio informal. Además, hay un énfasis en la mirada del otro, en este caso, representado por los comerciantes informales, en particular, del barrio São José de Recife, que también sufrieron las consecuencias de un proceso de urbanización que afirmó las desigualdades y acentuó la llamada “tragedia urbana”, a través del privilegio de las clases dominantes, en contraste con los más vulnerables y excluidos de los beneficios de las políticas urbanas a lo largo de los años. En ese sentido, también se analiza la creación del Nuevo Centro Comercial Santa Rita, que sirvió como un centro unificado para la reubicación de estos comerciantes a través de una propuesta de mejora y mayor seguridad, sin respetar las características intrínsecas a las que ya estaban relacionados con el contexto. sí mismo urbano. Así, se destaca la necesidad del diálogo entre los agentes, especialmente la población local beneficiada, para asegurar una política pública eficaz que no cree nuevos problemas.

Palabras clave: Espacio urbano; proceso de urbanización; comerciantes informales; barrio São José; políticas públicas.

1. Introdução

O processo de urbanização brasileiro se deu de modo acelerado e foi marcado por questões sociais, políticas e econômicas que reforçaram as desigualdades sociais. Ao longo do século XX, a ocupação dos centros urbanos foi característica marcante, influenciada por momentos históricos com o fim do período da escravidão e a crescente indústria que incentivou a migração da zona rural para a zona urbana. Além disso, os fluxos migratórios da população estrangeira também contribuíram para o crescimento dos centros urbanos.

Maricato (2013) destaca que a constituição dos centros urbanos do Brasil foi incentivada pelas promessas de melhoria de vida, com vistas a atingir a tão esperada modernização do estado brasileiro (MARICATO, 2013). Contudo, a autora destaca a proposta de melhoria e se esta foi de fato benéfica para a população mais vulnerável. Além disso, a crescente indústria e o mercado financeiro, ao tratar questões ligadas ao processo de urbanização passou a privilegiar as classes privilegiadas e a elite dominante (HARVEY, 2014).

Da análise desse processo, Lefebvre (1991) entende que a cidade é uma “obra” e o produto decorrente desta é o seu valor de troca. Os centros urbanos, no entender do autor, são centros da própria vida social e são marcas desse processo a acumulação das experiências e realidades da população local.

Contudo, neste processo, restou para a população mais pobre a busca por meios alternativos para constituição de suas moradias e desenvolvimento de suas atividades, em especial, o comércio nos centros urbanos. A exclusão social pautou o crescimento urbano e a emergência dos trabalhadores livres, asseverando problemas de habitação e urbanização nas cidades brasileiras (MARICATO, 2013).

Na busca de meios alternativos, a moradia foi questão primordial para que estas pessoas pudessem ter condições dignas de habitação. Contudo, outra realidade também se mostrou evidente para esta realidade: a constituição de comércios informais nas áreas centrais das cidades. Os comerciantes informais também foram afetados pelo processo de urbanização desigual e passaram se valer destes meios de subsistência como forma de garantir a produção e o próprio desenvolvimento urbano.

A ocupação dos espaços urbanos, seja para constituição de moradias ou de comércios informais nos entornos dos grandes centros reforçou a formação de relações e lutas sociais importantes para o processo de produção de capital (MARICATO, 2013). Nesse cenário, a ocupação do solo atendeu a lógica da informalidade e as disputas pelas conquistas de rendas oriundas do comércio de rua ficou atrelado ao próprio desenvolvimento dos centros urbanos

No caso do Recife, a realidade local também se assemelhou a realidade nacional. O bairro de São José, no centro da cidade, abrigou durante anos, não só os seus habitantes e transeuntes, mas também comerciantes informais que construíram suas próprias identidades ao vender produtos ligados ao carnaval e os mais variados artigos de decoração, alimentação, vestuário etc.

Em 2017, por meio de uma parceria da Prefeitura do Recife e do governo do estado de Pernambuco foi instituído um projeto de realocação dos comerciantes informais do bairro de São José e sua concentração em um espaço único, por meio da promessa de garantir uma melhor mobilidade urbana e segurança para os comerciantes do entorno: o Novo Centro Comercial do Cais de Santa Rita.

O novo projeto atendeu mais de quatrocentos comerciantes das áreas do bairro. As propostas de melhoria, a princípio, poderiam ser indiscutíveis por todos. Contudo, esta política de reestruturação do espaço urbano gerou consequências para os comerciantes que, além de perderem suas identidades locais e o contato com o fluxo do centro urbano, também foram prejudicadas com perdas do poder de venda local.

Tal realidade só evidencia que as políticas públicas de organização do espaço urbano precisam criar soluções que não tragam novos problemas para a população supostamente beneficiada. O exemplo dos comerciantes informais do bairro de São José reforça a necessidade de diálogo, não só entre o poder público e o mercado financeiro, mas também com a população local, com objetivo de evitar a chamada insegurança da posse.

O objetivo geral do presente artigo é discutir sobre a criação de um centro unificado para comportar trabalhadores informais dos centros urbanos, analisando a criação do Novo Centro Comercial de Santa Rita em Recife, como uma das soluções para tratar e realocar os comerciantes informais do bairro de São José em Recife, que se estabeleceu nos entornos deste centro urbano para constituírem seus comércios e formas de subsistência.

Especificamente, deseja-se explorar alguns fatores relacionados deseja-se explorar alguns fatores relacionados ao processo de urbanização e a busca de espaços para constituição de comércios informais, a fim de garantir a subsistência desses comerciantes. Além disso, de modo ilustrativo, é analisada a criação do Novo Centro Comercial de Santa Rita em Recife, suas particularidades, resultados e a atual realidade dos beneficiados por tal política de realocação.

Com base na contextualização apresentada, emerge como problema de pesquisa: A criação do Novo Centro Comercial do Cais de Santa Rita em Recife, para realocação dos comerciantes informais do bairro de São José trouxe de fato melhorias para os supostamente beneficiados? A importância do debate revela-se necessária no trato de questões ligadas à implementação de políticas públicas de reorganização do espaço urbano, em especial a de realocação ou remoção de comerciantes informais que, as vezes, mascaradas de aspectos de melhoria, acabam por gerar novos prolemas aos que foram supostamente beneficiados,

apontando suas características, possibilidades e alguns limites que reforçam a necessidade de reflexão.

O presente trabalho destaca e expõe as características e consequências do processo de urbanização e a atuação dos comerciantes informais que estão atrelados ao próprio espaço, com vistas a compreender o seu papel e o impacto de ações de políticas públicas de organização do espaço urbano.

Este artigo adota o método exploratório, embasando a sua estrutura e organização além dos espaços analisados e por meio da consideração de conclusão efetiva a respeito de implementação de políticas públicas de organização do espaço urbano. Tal discussão é exploratória e preliminar, realizada a partir de informações sobre a criação do Novo Centro Comercial do Cais de Santa Rita em Recife, obtidas na página Prefeitura do Recife e de informações coletadas acerca de notícias das etapas do programa.

Nas sessões a seguir, primeiro são apresentadas algumas questões acerca do espaço urbano e da dinâmica da cidade e como o processo de urbanização brasileiro influenciou nas desigualdades e que reforçam o processo de exclusão da população mais pobre, que precisa buscar meios alternativos para constituição de suas moradias e comércios informais nos grandes centros. Em seguida, por meio do olhar do outro, busca-se entender a realidade de trabalhadores informais nos centros urbanos e como são desenvolvidas as relações de subsistência.

Além disso, são tratadas questões relacionadas aos trabalhadores informais do bairro de São José em Recife e a construção de um centro comercial unificado para realocação dos comerciantes informais, como medida proposta pelo poder público municipal de Recife, em parceria com o Estado de Pernambuco. Por fim, é feita uma reflexão acerca das possibilidades e limitações de políticas públicas de organização do espaço urbano, as quais precisam respeitar as realidades e características dos comerciantes informais, a fim de não gerarem mais desigualdades decorrentes do processo de urbanização e, efetivamente, trazer benefícios para a população a que a política se destina.

2. O espaço urbano e a dinâmica da cidade – As transformações dos centros urbanos

A construção de moradias ou realização de atividades, como trabalho, transporte e lazer, constituem um movimento de construção da cidade. Entretanto, para entendermos a dinâmica urbana e a problemática dela decorrente, é necessário entender as condições que corroboraram com a construção dos espaços urbanos no país (MARICATO, 1997).

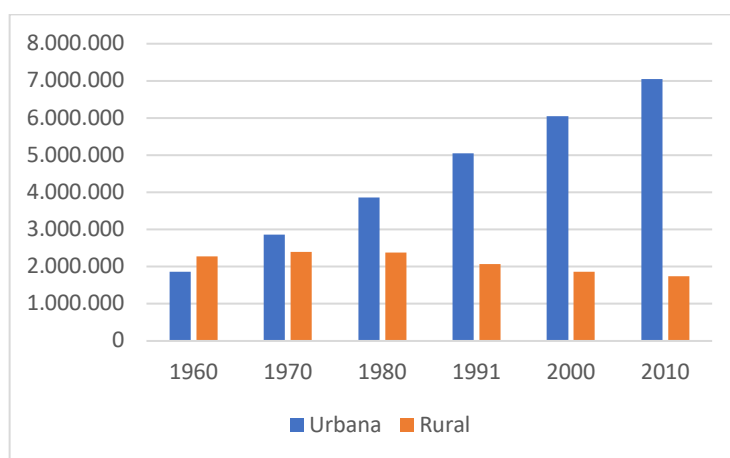
Maricato (2013) destaca que esse processo foi marcado por uma “ambiguidade” entre ruptura e continuidade. O fim das raízes coloniais e a construção de um Brasil república influenciaram o processo de urbanização, tendo incentivado a questão fundiária, conflitos de propriedade e influências do mercado de trabalho precário e informal (MARICATO, 2013).

A “tragédia” urbana é decorrente de séculos que marcaram a formação do Estado brasileiro (MARICATO, 2013). Por esta razão, as reformas urbanas decorrentes da “revolução burguesa” no país corroboraram o próprio adensamento populacional nos grandes centros (FERNANDES, 1975).

Nesse sentido, o espaço urbano não superou as características do período colonial, marcado pela concentração de terras e poder pelas classes mais privilegiadas da população. Apesar dos centros urbanos serem entendidos como espaços de avanços e oportunidades, na busca por uma melhoria de vida, estes continuaram sendo espaços onde estavam presentes a desigualdade social e a segregação espacial (MARICATO, 2003).

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (SANTOS, 1986, p. 2).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía uma distribuição em percentual de sua população na década de sessenta de 55% na área rural e de 45% na área urbana. O processo de urbanização foi intenso, haja vista que nos anos de 1970, houve uma inversão nos índices de população rural e urbana. Em 1970, o censo demográfico do IBGE apontou que 56% da população já se encontrava em área urbana e 44% em área rural. Pelo último censo demográfico do IBGE (2010), mais de 84% da população brasileira está concentrada em áreas urbanas e apenas 14% encontra-se em áreas rurais.



Fonte: IBGE (2010).

A problemática urbana no Brasil é, sem dúvida, fruto da acentuação das desigualdades sociais (MARICATO, 2003). A luta pela melhoria de condições relacionadas ao o direito à cidade, tem por objetivo a garantia de direitos básicos da população como moradia digna, trabalho, transporte, lazer, mobilidade, etc. (FERREIRA, 2011).

No Brasil, o desenvolvimento urbano se deu de forma excludente, priorizando o fortalecimento das elites e do mercado, pela concentração do capital em tal parcela da população. Este processo de desenvolvimento asseverou as desigualdades sociais, em especial, no tocante as questões ligadas à moradia, por meio do adensamento populacional nas metrópoles, bem como, pela

degradação ambiental, falta de segurança e saneamento básico. (BAUTISTA, 2015).

O crescimento urbano desordenado e a falta de uma política urbana eficaz fez com que a população excluída do mercado hegemônico buscasse medidas alternativas para conseguir sobreviver nos grandes centros. Exemplos de constituição de moradias em locais de risco ou nos entornos dos grandes centros são uma marca comum nesse processo.

Além disso, grande parte dos trabalhadores de fora do mercado formal de trabalho também se enquadra nessa dura realidade. Para Maricato (2013, p. 45): “a cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho”. Esse núcleo urbano de trabalhadores informais, portanto, também é afetado pela urbanização brasileira, em razão de capacidade produtiva de atendimento às expectativas do mercado dominante.

A ocupação dos espaços urbanos no Brasil se baseou em meios de produção de mercado e nas relações capitalistas, corroborando com o fortalecimento das desigualdades, acentuado pelo privilégio das elites dominantes e a exclusão da população menos favorecida (LEFEBVRE, 1991). Diante de tal cenário, o espaço urbano se tornou um campo excludente de acumulação de mercado, em contraposição aos direitos sociais. (HARVEY, 2014).

Diante desse cenário, entende-se que a luta pela melhoria das condições no cenário urbano tem como ponto central o próprio direito à cidade, que garante como direito básico da população e o direito à moradia digna, transporte, lazer, mobilidade, etc. Assim, a função social da cidade, prevista no Estatuto da Cidade e a sua gestão democrática pelo poder público também representam importantes papéis do Estado nessa atuação, com vistas a evitar que mais pessoas sejam vítimas do esquecimento político. (FERREIRA, 2011).

As relações e lutas sociais são importantes no processo de produção de capital, pois reforçam a pluralidade nos processo de ocupação da cidade e fortalece a produção de um espaço urbano adequado. Diante disso, Lefebvre (1991) aponta que a política urbana de apropriação da cidade pode ser vista como forma de ampliação de capital, que atende apenas aos interesses econômicos da elite dominante, ocasionando reações no cenário social.

Contudo, o controle urbanístico de fiscalização de uso e ocupação do solo atendem apenas à cidade formal. Para as unidades habitacionais e comércios informais, a fiscalização e implementação de políticas públicas quase nunca chegam. Tal fato pode ser justificado pela valorização do mercado imobiliário, que domina a gestão pública urbana e determina os investimentos públicos.

Assim, é refletir acerca do fato de que tanto as unidades habitacionais informais como os próprios comércios informais nos grandes centros urbanos estão excluídas do processo de promoção de políticas públicas para superar essa problemática. A população sobrevive como é possível, pois são ignorados pelo Estado em razão da desinteresse afetado pelo mercado dominante.

3. O olhar do outro: A realidade dos trabalhadores informais nos centros urbanos

Harvey (2014) destaca que a cidade é local na qual as pessoas e todos os tipos de classe estão em processos de contato e relutante conflito para produção da vida em comum. É por meio desse processo e das influências do mercado que

tem se intensificado a exclusão e a capacidade de inibir novas formas de relação social.

A exclusão decorrente do processo de urbanização não se deu de modo diferente para os trabalhadores informais, ante ao fato de que precisaram procurar meios alternativos para constituição de seus empreendimentos (ABRAMO, 2007). A informalidade do processo urbano, seja ele para constituição de moradias ou constituição de seus empreendimentos é característica marcante desse processo.

Na grande maioria dos casos, tais empreendedores informais não contam com as condições mínimas necessárias para o estabelecimento de seus negócios. Abramo (2007) destaca que o “mercado do solo” potencializa a estruturação desses espaços, pautado no modelo formal modernista das elites latino-americanas. Para o autor (2007, p. 42), essa lógica “produz simultaneamente uma estrutura urbana compacta e difusa” para os setores mais populares da cidade.

Assim como acontece para constituição das moradias, a população que tem como objetivo empreender nos centros urbanos precisa se contentar com os espaços informais e que não tiveram as atenções dos grandes empreendimentos ou dos empresários com maior poder econômico. Para Santos *et al* (2017) esse processo de precarização e informalização vai sendo cada vez mais naturalizado pelo Estado e a falta de políticas públicas acompanha este ritmo.

Para grande parte das populações urbanizadas de baixa renda, a excessiva exploração de seu trabalho e a expropriação de seus poucos bens constitui uma perpétua drenagem de sua capacidade de manter condições minimamente adequadas de reprodução social (HARVEY, 2014, p. 119).

Questões ligadas a dinâmica do espaço e infraestrutura são pontos delicados nesse processo, pois além do risco da operação que fundamenta a lógica do mercado informal, a segurança também é outro fundamental, se levarmos em consideração todo o peso decorrente desse processo. Além de tudo, questões ligadas à iluminação, saneamento e tratamentos básicos adequados não estão presentes para esses empreendedores. O ponto em questão se revela delicado, principalmente diante do fato de que cada vez estamos diante de uma crise dos empregos formais e que tem asseverado ainda mais a busca pelo tão sonhado empreendedorismo.

De acordo com o estudo realizado pelo ECINF - Economia Informal Urbana do IBGE (2003), foi identificado que no Brasil, considerando atividades como comércio, alimentação, entre outros, os empreendimentos urbanos informais com empreendedores por conta própria chegaram ao patamar de 4.492.521

Quadro 1. Trabalhadores por conta própria no espaço urbano informal (fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003).

Grupo de atividade	Empresas urbanas, Economia Informal Urbana	
	Total	Conta própria
Comércio e reparação	3 505 441	2 998 000
Serviços de alojamento/alimentação	729 078	611 256
Outros serviços coletivos	829 776	766 222
Outras atividades	35 355	30 236
Atividades mal definidas	87 821	86 807
Total	5 187 471	4 492 521

A precarização de condições de trabalho decorrente de um processo de urbanização desigual incentiva o retorno à centralidade para a camada mais excluída da população (ABRAMO, 2007). Além disso, é possível identificar dois processos de exclusão, o da moradia, na qual as famílias mais pobres precisam buscar alternativas nas periferias e o acesso a unidades informais nos grandes centros para constituir seus trabalhos (SANTOS et al, 2017).

O discurso mágico por trás do empreendedorismo individual encanta, mas é repleto de armadilhas, haja vista que vivemos em um país cujo mercado financeiro é pautado pela competitividade e pelos altos custos de manutenção da operação. Além de todos esses entraves, a maioria dos trabalhadores informais precisa lidar com outra questão: a sazonalidade. Tal ponto é fundamental no mercado, contudo, precisam contar com o fluxo de pessoas transitando naquele espaço e que utilizam o espaço urbano dos grandes centros como grande ponto de transações comerciais ao longo do dia.

Nesse sentido, é fundamental chegar à conclusão óbvia que na grande maioria dos casos esses empreendedores dependem do próprio fluxo da cidade. Eles vivem a cidade tal qual qualquer habitante. Contudo o processo de vivência do espaço urbano vai além da constituição de moradias, mas para a constituição de seus meios de subsistência (MORALES, 1993).

São nesses espaços informais que é permitida, no entender de Tavares (2009, p. 30), a criação de um “associativismo em função de questões materiais de subsistência”. A multiplicidade de elementos, locais e regionais desses espaços, superam o entendimento de que os comércios informais são um simples lugar de mercado, mas um lugar de identidade e de dinâmica da própria cidade (TAVARES, 2009).

Assim, os mercados informais dos grandes centros urbanos constituem espaços de desenvolvimento e circulação de bens e são elementos reais de uma cidade urbanizada, com toda a sua problemática envolvida. Diante dessa realidade, é necessário criar um espaço de diálogo, permitindo que esses espaços estejam na pauta das políticas públicas de organização dos centros urbanos. Contudo, o que tem acontecido é que no lugar de se fazer uma política de solução eficaz, respeitando as realidades, o poder público tem optado pela adoção de políticas de remoção ou embelezamento, pautados pelo discurso de segurança e mobilidade, que acaba por gerar um problema ao invés de uma solução.

É por meio desse diálogo que poderá, talvez, alcançar a ressignificação do direito à cidade, proposto por Harvey, na qual é necessário haver uma demanda de

aspecto unificado. Assim, a própria coletividade pode ajustar o próprio espaço urbano e os seus processos de produção, causando uma ruptura ao sistema capitalista do mercado.

4. Os trabalhadores do centro do Recife e do entorno do Mercado de São José - A construção do Centro Comercial do Cais de Santa Rita

No tocante ao processo de urbanização, a cidade de Recife também mantém as características e consequências do processo brasileiro. Lubambo (2006) aponta semelhanças no processo de urbanização nacional e no Estado de Pernambuco, marcado pela segregação espacial e aumento das desigualdades. Além disso, destaca o déficit habitacional, marcado pela ausência de políticas de desenvolvimento urbano, em especial, pelo insucesso das políticas urbanas.

Maricato (2013) fala em “urbanismo para poucos” destacando que o acesso ao mercado é restrito e as políticas públicas sociais não têm relevância, entendendo que para a população mais pobre apenas sobra as alternativas informais.

Em uma das áreas centrais do Recife, existe o bairro de São José, grande mercado público municipal no qual a população empreendedora constituiu as mais variadas formas de desenvolvimento econômico, como por exemplo, alimentação, vestuário, adereços para o carnaval e as mais variadas formas de comércio de rua.

Além das dependências do mercado, a população passou a ocupar seu entorno ao longo de anos, para também atender aos clientes que, ao se valer do espaço urbano central. Assim, a constituição de empreendimentos informais foi abrangente e estava em contato direto com a própria cidade e a população.



Figura 1. Vista lateral do Mercado de São José, Recife. Fonte: Filipe Jordão, 2019. Jornal do Comércio

Ao longo de décadas, acessar as ruas do comércio informal do centro do Recife, seja no período do carnaval ou qualquer outra época do ano, estava inteiramente ligada ao próprio uso do espaço urbano central. Era inegável que problemas de infraestrutura e qualidade urbana estavam presentes e a população que consumia os produtos oferecidos pelo comércio informal, tinha

que lidar diretamente com tais problemas. Contudo, tal realidade já estava inteiramente ligada com as próprias raízes do local.



Figura 2. Comerciantes informais do Pátio do Livramento. Fonte: Tarcisio Augusto, 2020. Diário de Pernambuco

Levando tal realidade em consideração, Marino e Barbosa (2022) destacam que a cidade se desenvolve em conjunto com o seu próprio desenvolvimento. Assim, a disputa e utilização do espaço urbano acaba se tornando fruto de um processo histórico e se apresenta como a realidade central entre agentes como o poder público, mercado privado e a própria população, a qual se articula de diferentes formas para coexistir neste mesmo espaço (SANTOS, 2015).

Por meio dessa experiência observada, as variadas formas de apropriação do espaço urbano estão relacionadas com formas diferentes de percepção e utilização do espaço público (MARINO E BARBOSA, 2022). No caso do entorno do Mercado de São José, o grande desafio para tratar os problemas decorrentes desse processo, estaria pautado na própria realidade local, devendo ser enfrentada por meio da participação de diversos agentes envolvidos, inclusive dos próprios trabalhadores informais.

Contudo, o poder público municipal, em parceria com o governo do Estado, iniciou um amplo projeto de revitalização do espaço e readequação dos comerciantes do entorno do mercado e do Pátio do Livramento, com a construção de um novo espaço, no qual reuniria todos os informais por meio da proposta de um centro unificado para que esses comércios pudessem existir.

Em outras palavras, sob a proposta de readequação do espaço, embelezamento urbano e trazer mais segurança para os trabalhadores e consumidores, é que em 2017 foi criado o novo centro Comercial do Cais de Santa Rita, local onde agora estão abrigados os novos boxes dos comerciantes. A Secretaria Municipal de Mobilidade e Controle Urbano dividiu o projeto em três etapas, sendo a primeira com a entrega de 40 boxes. A segunda etapa finalizada em 2018, com a entrega de mais 200 boxes e a finalização da terceira etapa, totalizando a entrega de 400 unidades para os comerciantes.

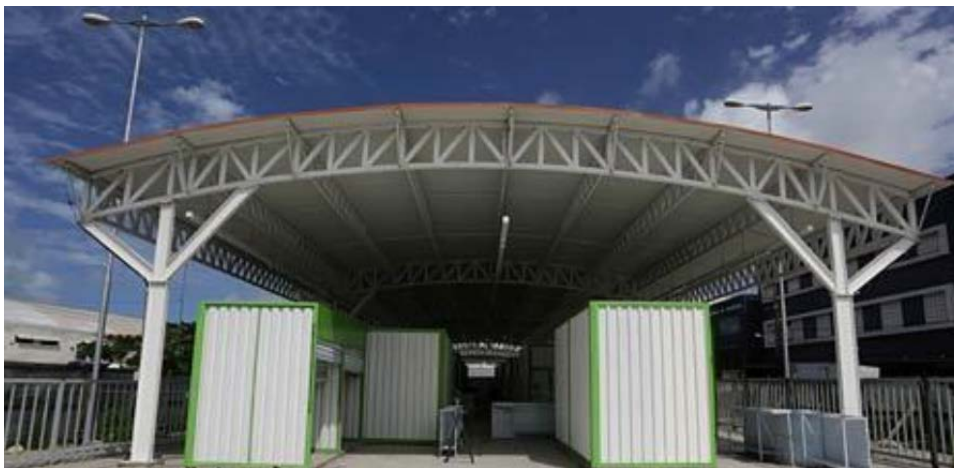


Figura 3. Novo centro comercial de Santa Rita. Fonte: Sérgio Bernardo. 2017. Jornal do Comercio

A proposta foi bem divulgada e os comerciantes das áreas do entorno do Bairro de São José tiveram suas barracas adquiridas pelo poder público e ganharam novos boxes. Tudo parecia caminhar bem. A proposta de garantir mobilidade nas ruas centrais e de trazer mais segurança e conforto para os comerciantes pareceu funcionar até as primeiras páginas. Entretanto, o poder público privilegiou a área urbana e o mercado financeiro, esquecendo de lidar com a realidade do próprio comerciante, que passou a se ver atrelado a um espaço unificado, distante do centro comercial e de passagem de pedestres, prejudicando o desenvolvimento do comércio e trazendo menos renda para os trabalhadores.



Figura 4. Entorno do Mercado de São José após a remoção. Fonte: Leo Motta, Jornal do Comércio. 2019.

Para alguns feirantes, a medida foi imediata e muitos foram pegos de surpresa e não tiveram tempo adequado para se adaptar à nova realidade. Para outros, as suas histórias e identidades ficaram para trás, dando espaço para a mobilidade de veículos e de turistas nas ruas que anteriormente abrigavam os

comércios informais. Reconquistar a clientela se tornou a principal atividade dos comerciantes do novo centro comercial que, ao estarem distantes dos consumidores passantes, necessitam atraí-los para o novo espaço, o que não tem sido uma tarefa fácil. O que muitos têm feito é voltar para os espaços do entorno do Bairro de São José, dando continuidade à informalidade.

Em consonância com esta realidade, podemos destacar Rolnik (2019) que trouxe reflexões acerca de questões ligadas à financeirização do espaço urbano, em processos massivos de remoção, face à construção de grandes projetos (ROLNIK, 2019). Assim, em decorrência da expansão urbana, os processos de financeirização da terra impõem, direta e indiretamente, remoções e deslocamentos forçados que, muitas vezes, desconsideram a realidade da população local.

Rolnik (2014, p. 152) entende que “comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação de seus ativos territoriais”. Nesse sentido, a autora (2014) destaca que as remoções forçadas, decorrentes do processo de fortalecimento dos agentes promotores do mercado formal, que, contraditoriamente, impedem a ocupação de espaços urbanos dignos para a população mais vulnerável, asseverando a insegurança da posse.

Além da influência do mercado urbano, outras particularidades asseveram a expansão da exploração econômica e a vulnerabilização da população mais pobre, sem alternativas para a ocupação de seus espaços (DE SOUZA; DE LA MORA; CAVALCANTI, 2014) muitas vezes, os pobres urbanos assumem protagonismo na produção informal e utilização dos espaços e, constituem suas habitações e comércios em busca de dignidade.

Nesse sentido, Maricato (2013) complementa ao afirmar que garantir o direito à cidade já é, por si só, uma tarefa difícil. Ao associar as políticas de remoção e reorganização do espaço público aos governos locais e mercado privado, destaca que as unidades informais do espaço urbano “freiam a valorização do espaço urbano” (MARICATO, 2013, P. 144).

Assim, na contramão do que foi demonstrado como avanços, algumas dessas particularidades relativas à exploração econômica da terra urbana e promoção da remoção forçada de moradias podem decorrer ainda dos megaprojetos de expansão urbana e para a promoção dos megaeventos, como os desportivos, com propostas de “embelezamento” e de promessas de promoção de mais segurança, mas que contribuem para a financeirização do mercado imobiliário, marcando um novo tipo da política urbana (HARVEY, 2003).

5. Possibilidades e limites das políticas de melhoria de remoção/relocação de trabalhadores informais

A criação do Novo Centro Comercial do Cais de Santa Rita, em Recife, para realocação dos trabalhadores informais do Bairro de São José corresponde, sem dúvida, a uma política para tratar a problemática urbana do poder público municipal em parceria com o governo estadual. Como bem apontado por Souza (2005, p. 26) os “debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas”.

Farah (2001) complementa, destacando o papel dos governos locais, por meio da gestão municipal para a solução de problemas sociais nos últimos anos. A

cidadania social, apontada pela autora, vai decorrer da transferência de atribuições e competências do governo central para a esfera municipal, sob o argumento de maior proximidade com as demandas populacionais (FARAH, 2001).

Os governos locais, na promoção de políticas integradas atingem a um público alvo (FARAH, 2001). No caso deste trabalho, os comerciantes informais do bairro de São José em Recife. Contudo, ao focalizar em uma área específica de tratamento, é preciso ter cuidado para que, ao atingir o cumprimento de uma política pública, esta não se torne ineficiente, ao acabar gerando um novo problema, diante de uma antiga solução.

Farah (2001) ainda destaca que as ações dos governos locais estão na lógica das políticas de reconstrução do estado brasileiro, sendo marcadas pelas parcerias entre o próprio estado, a sociedade civil e até mesmo o próprio mercado, por meio de arranjos institucionais. No caso específico aqui tratado, a impressão que se conclui é de que o arranjo foi realizado entre poder público e parceria privada, tendo é claro, a intenção de melhoria para os comerciantes informais sem, contudo, levar em consideração as inerências do processo e as consequências deste, para a subsistência dos trabalhadores.

Em tempos de capitalismo financeirizado (...) terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberação dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre territórios controlados por comunidades de baixa renda (ROLNIK, 2019, p. 152).

Sem dúvida, as intenções de melhoria da mobilidade urbana, atração do turismo para o local e melhoria da qualidade de vida dos comerciantes de início se apresenta como vantajosa. Ocorre que, como demonstrado, nem sempre algumas políticas públicas acabam tratando de todas as realidades necessárias e, muitas vezes, como no caso dos trabalhadores informais do bairro de São José, não abarcam as consequências futuras desse processo, principalmente para a parcela da população mais afeta.

O que de fato tem ocorrido é que algumas comunidades acabam ficando em constante ameaça de seus “ativos territoriais”. Para Rolnik (2019, p.149) os impactos das remoções “aprofundam a pobreza e destroem comunidades, deixando milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade”.

Além disso, políticas de planejamento urbano e de gestão dos espaços urbanos acabam produzindo impactos na segurança dos indivíduos, causando impacto nos direitos dos pobres urbanos e dos grupos informais, por meio de remoções forçadas que desrespeitam as particularidades dos sujeitos (ROLNIK, 2019).

Nesse sentido, Marino e Barbosa (2022, p. 956) apontam que “as experiências, entretanto, mostram que o conceito de gestão compartilhada deve ser incorporado pelo poder público em todas as esferas, para que esses espaços mantenham tal característica”.

É evidente, portanto, que no que diz respeito a implementação de políticas públicas, o diálogo entre Poder Público e a comunidade é indispensável e faz-se necessária a participação de diversos atores nesse processo. Por isso, enquanto não forem adotadas medidas para a solução dos problemas decorrentes do

processo de urbanização e a garantia da função social da cidade, o direito e segurança dos informais não será efetivado em sua totalidade.

Diante disso, cabe ao Estado, enquanto produtor do espaço urbano, promover as práticas com vistas a minimizar os problemas decorrentes do processo de urbanização. A questão é complexa e cada vez mais surge a necessidade de melhoria dos espaços urbanos, em especial aqui demonstrado de comerciantes informais, por meio de políticas públicas participativas, para garantia de segurança da posse e do acesso ao solo urbano para as classes vulneráveis e invisibilizadas.

6. Considerações finais

A experiência de reorganização e remoção dos trabalhadores informais do Bairro de São José em Recife nos revela a importância de como os processos de ocupação e de construção de identidades são importantes para a promoção de uma política urbana de uso do solo urbano. Além disso, o respeito às características dos sujeitos ativos desse processo também é fundamental para que resultados positivos possam surgir de um processo de implementação de políticas públicas eficazes.

Durante o processo da política pública, o poder público municipal não pode agir em sentido tão somente transformador, por meio do discurso da organização da mobilidade, segurança e incentivo ao turismo dos centros históricos. Ao agir de tal forma, desconsiderando as identidades decorrentes de um processo histórico e sem, contudo, garantir meios adequados para uma nova subsistência dos comerciantes informais acaba por gerar um novo problema, ao tentar solucionar um problema anterior por meio de uma política pública.

As políticas de planejamento urbano e de gestão dos espaços urbanos não podem gerar mais desigualdades. Já são suficientes as desigualdades oriundas do próprio processo de urbanização dos grandes centros. No lugar de serem criadas novas oportunidades colaborativas e de incentivo ao fortalecimento dos comércios, o que se viu foi praticamente uma realocação dos informais, sem o devido cuidado e preparo necessário para essa população dita como beneficiada.

A tão esperada segurança deu espaço à insegurança da posse. A conquista territorial e realidade dos espaços urbanos informais não pode ser desconsiderada nas etapas da política pública. Assim, sem uma previsão dos riscos e de maior segurança de incentivo ao comércio produtivo para os antigos informais, há um grande impacto para o provável retorno ao status anterior, visto que estes comerciantes dependeram por toda a vida do fluxo de pessoas no próprio centro urbano.

Nesse contexto, o reforço do diálogo e o sentido coletivo, colocando em destaque o próprio comerciante das ruas é ação essencial. É necessário respeitar e garantir as dimensões sociais e políticas do espaço urbano no sentido de tentar minimizar as desigualdades e, conseqüente, garantir uma cidade mais justa em respeito às lógicas atuais. Assim, se revela indiscutível a importância das ações de democratização do espaço urbano, garantindo a o uso dos espaços mais democráticos e com maior segurança para os beneficiados.

7. Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 9, n. 2, p. 25-25, 2007.

BAUTISTA, Diana Carolina Gómez. Habitabilidade: um olhar a partir do conjunto habitacional do Cordeiro-Recife. In: C. J. M. de CASTILHO (org.). **Movimentos sociais, academia e sociedade**: por um espaço do cidadão. Recife: Editora UFPE, 2015.

DE SOUZA, F. A. M.; De la MORA, Luis; CAVALCANTI, A. C. R.. Discursos y prácticas na producción social del hábitat en Recife, Brasil. Políticas de mejora de vivienda, garantía de derechos y ampliación de diferencias.. In: María Mercedes di Virgilio; María Carla Rodríguez. (Org.). **Producción social del hábitat. Abordajes conceptuales, prácticas de investigación y experiencias en las principales ciudades del Cono Sur**. 1 ed. Buenos Aires: Cefé de las Ciudades, 2014, v. 1, p. 91-116.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 35, n. 1, p. 119 a 144, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6364>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. A Reforma Urbana, o Estatuto da Cidades e os Planos Diretores. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; e NOVAS, Patrícia Ramos. (org) **Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola: 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Brasil, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, Brasil, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana**, Brasil, 2003.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Comerciantes do Pátio do Livramento serão realocados para o Cais de Santa Rita.** Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/comerciantes-do-patio-do-livramento-serao-realocados-para-o-cais-de-sa/130166/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

JORNAL DO COMÉRCIO. Praça de alimentação do Cais de Santa Rita será inaugurada em julho. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/07/04/praca-de-alimentacao-do-cais-de-santa-rita-sera-inaugurada-em-julho-293225.php>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **Desempenho da gestão pública: como a população avalia o governo em pequenos municípios?** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Habitação e cidade.** Série Espaço & Debate. 3ªed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MORALES, L. A. **A feira de São Cristóvão: um estudo regional.** 1993. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

PREFEITURA DO RECIFE. **Novo centro comercial no Cais de Santa Rita.** Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/etiquetas/centro-comercial>. Acesso em 25 nov. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

SANTOS, C. N. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade.** Rio de Janeiro, Ibam, 1986.

SANTOS, Alexandre Pereira *et al.* O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana.** 2017, v. 9, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.003.AO04>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Revueltas de indignación y otras conversas.** La Paz: Alice, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MARINO, Cintia Elisa de Castro; BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz. Ativismos e insurgências no Largo da Batata em São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**. São Paulo, v. 24, n. 55, pp. 937-962, set/dez 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5504>. Acesso em: 02 dez. 2022

TAVARES, Breitner. **Mercados informais e sociabilidades urbanas na periferia de Brasília**: o caso de Ceilândia - DF. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (online) .2009, 1(1), 23-32. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193114456003>. Acesso em: 25 nov. 2022.